

Poder Popular



Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 9 (Nova Série) 18 de Setembro de 1975 Preço 4\$00

FACE À DISSOLUÇÃO DO MFA AO GOVERNO TRAIADOR DE P. AZEVEDO À CUMPLICIDADE DO PCP



1. Apesar de todos os que alegam a «complexidade» da situação para melhor ocultarem o abandono dos compromissos revolucionários, **clarificou-se amplamente a situação política.**

O Conselho da Revolução é hoje um instrumento dócil das forças do capitalismo e do imperialismo.

Pinheiro de Azevedo parece ter escolhido a mais sórdida maneira de se fazer recordar na história da luta de classes no nosso país. Presidirá a uma reedição da coligação PPD-PS-PC que mais não é de que um **Governo de traição ao processo revolucionário.**

Presidirá a um Governo a quem cabe a singular missão histórica de, enquanto jura defender uma Revolução que não esta feita, abrir de facto as portas à ampla ofensiva do imperialismo e da reacção capitalista, que tentará esmagar uma por uma as conquistas das massas populares e **instaurar um regime ultra-autoritário, única forma de refazer a dominação de classe da burguesia e a submissão do imperialismo.**

O MFA, depurado progressivamente, caminha para a dissolução, reduzindo-se a uma capa mistificadora da restauração da hierarquia reaccionária e militarista nas Forças Armadas.

Os partidos políticos, também eles, têm as suas posições clarificadas.

Os partidos sociais-democratas (PS e PPD) de braço dado com os fascistas do CDS-ELP são a peça fundamental da ofensiva contrarrevolucionária, aproveitando o justo descontentamento da pequena burguesia e campesinato do Norte e Centro do País para os lançar contra o processo revolucionário em estreita coordenação com a acção de todos os comandos militares reaccionários.

O PCP está finalmente liberto do pesadelo constante em que o seu seguismo em relação aos progressistas do MFA o lançava.

A sua cumplicidade com o projecto contra-revolucionário do Governo traidor de Pinheiro de Azevedo



Continua na pág. 3

REFORÇAR E ARMAR O PODER POPULAR!

**soldados sempre,
sempre
ao lado do povo !**

**camaradas soldados !
• manifestação hoje ! •**

**quarta-feira, dia 10, às 19 horas
Praça Gen. Humberto Delgado**

**camaradas
vamos todos para a rua, fardados,
lutar pelas nossas reivindicações!**

- abaixo o pré de miséria!
- transportes gratuitos, já!
- trabalhadores, soldados, moradores, Assembleias Populares!
- morte ao ELP e a quem o apoiar!
- reaccionários fora dos Quartéis!
- Portugal não será o Chile da Europa!
- soldados, sempre, sempre ao lado do povo!
- operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos!

**TODOS À MANIFESTAÇÃO !
Soldados Unidos Vencerão - S.U.V.**

Perante todas as manobras de desmobilização por parte dos comandos e oficiais reaccionários, perante o terror, as provocações e mentiras que lançam sobre toda a organização popular autónoma e mu-

to particularmente sobre a organização no seio do Exército, os S.U.V. (Soldados Unidos Vencerão) mantiveram a convocação da manifestação marcada para o Porto no passado dia 10. Camaradas, vamos

A MANIFESTAÇÃO DOS S.U.V. NO PORTO

todos para a rua fardados lutar pelas nossas reivindicações — «abaixo o Pré de miséria», «Trabalhadores, soldados, moradores — Assembleias Populares», «Reaccionários fora dos quartéis», «Portugal não será o Chile da Europa». — eram algumas das palavras de ordem da manifestação que contando com o apoio solidário de numerosos órgãos de poder popular, foi uma das maiores afirmações populares realizada no Norte do País, reunindo cerca de 40 000 pessoas e sendo encabeçadas por uma massa de 2000 soldados.

Apesar da intimidação nojenta de que «haveria uma contramanifestação e portanto um confronto», de que «haveria instrução nocturna» para que os soldados não estivessem presentes, os soldados saíram à rua e saíram muitas vezes mais, quantas forem necessárias ao combate a qualquer tipo de manobras reaccionárias.

Apesar dos inquéri-

tos pidescos feitos pelos comandantes das regíões militares para descobrir nas unidade quem são os S.U.V., os S.U.V. saíram à rua, e afirmaram bem alto a sua intenção de reforçar a organização autónoma dos soldados nos quartéis, com o objectivo de combater ao fascismo, pela sua ligação às outras estruturas populares, pela construção do socialismo — «Soldados sempre, sempre ao lado do povo» e «Operários camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos», foram outras das palavras de ordem gritadas.

Foi gritando a bons pulmões «reaccionários fora dos quartéis» que a espontaneidade dos soldados e trabalhadores logo criou novas palavras de ordem — «Queremos o Corvacho» — «Abaixo o Fabião», «Abaixo o Charais», afirmando assim claramente quem são os amigos e quem são os inimigos da revolução, quem está com o poder popular a caminho do socialismo, quem está

com a social-democracia a caminho do fascismo. Corvacho tinha afirmado dias antes que «a luta é de morte contra o capitalismo» e os soldados, operários e toda a população trabalhadora do Porto que aderiu de uma forma inequívoca à manifestação bem o confirmaram.

«Os charais e outros que tais» andam a afirmar que controlam 80 por cento das Forças Armadas — os S.U.V., os 2000 soldados presentes na manifestação e todos aqueles que lá não estiveram pelo mais descarado boicote desses «senhores» aí estão para afirmar o contrário. **Ai estão para afirmar que em qualquer unidade haverá sempre camaradas a fazer da palavra de ordem — soldados, sempre sempre ao lado do povo — um facto indelmentível.**

Não serão manobras que pretendem liquidar a nossa força, as guias de marcha a militares de esquerda, as tentativas de saneamento, a

repressão (às claras ou pela calada) sobre as estruturas democráticas no Exército — A.D.U.'s e A.G.U.'s — que nos calarão, que impedirão de nos organizarmos, de afirmarmos — os soldados unidos vencerão, e de, a devido tempo, mostrarmos aos oficiais e comandos reaccionários, onde estão as percentagens...

Esta primeira grande afirmação da capacidade de luta e mobilização dos S.U.V. — terminaria com uma intervenção dum camarada do RALIS em nome das unidades e de todos os soldados, sargentos e oficiais de Lisboa que também estavam presentes, salientando assim a solidariedade de classe patente na manifestação, e com o importante discurso de um representante dos S.U.V. onde se analisou a luta contra o fascismo e a social-democracia, a ligação dos quartéis com os órgãos de poder popular e a consequente criação do exército popular.

A MANIFESTAÇÃO DE HOJE EM LISBOA

posição da C. Trabalhadores de Manuel Lopes Henriques



A Comissão de Trabalhadores da fábrica Manuel Lopes Henriques tomou conhecimento de que é citada na Imprensa como tendo aderido a essa manifestação. Perante este facto, vimos esclarecer os seguintes pontos:

- a) A C.T. da Manuel Lopes Henriques nunca esteve representada directamente em qualquer das reuniões preparatórias da manifestação;
- b) Da mesma forma também não deu a sua adesão à manifestação quer publicamente quer através de contactos com o secretariado organizador da mesma.

Esta Comissão de Trabalhadores tem a avançar os seguintes considerandos:

— É decisivo que avancem acções unitárias que dêem corpo a uma forte ofensiva popular no momento em que nos tentam impor um Governo de direita, destruir a força dos órgãos de Poder Popular, expulsar dos quartéis os militares revolucionários.

— A manifestação de quinta-feira é convocada por grande número de organizações populares, principalmente comissões de trabalhadores de muitas empresas da zona de Lisboa.

— A nossa comissão não deseja assumir posições sectárias ou divisionistas mas tem a alertar todos os camaradas trabalhadores para o facto de algumas palavras de ordem e o próprio texto da convocatória da manifestação serem muito defensivas numa altura em que temos de avançar se não queremos ser esmagados pelos capitalistas e os seus agentes social-democratas que rapidamente nos conduzirão

ao fascismo se lhes demos qualquer oportunidade. Neste sentido, discordamos da palavra de ordem «Por um governo de defesa das conquistas revolucionárias» agravada pelo facto de a convocatória não repudiar o sexto governo provisório e o seu programa.

— De acordo com os princípios que sempre têm orientado a nossa acção, repudiamos qualquer tentativa de controlo burocrático dos órgãos de poder popular.

Assim aderimos à manifestação mas na seguinte base:

- Inclusão das seguintes palavras de ordem:
- **Abaixo a social-democracia!**
- **Contra o fascismo, contra o capital, ofensiva popular!**
- **Reforçar, armar o poder popular!**
- **Reaccionários fora dos quartéis, já!**
- **Contra o imperialismo, independência nacional!**
- Repúdio total pelo VI Governo e o seu programa de liquidação do Poder Popular e de instauração da «democracia burguesa».

— Repúdio pelas manobras dos oficiais das cúpulas militares que pretendem fazer voltar os quartéis aos tempos do 24 de Abril de 1974.

Propomos publicamente ao Secretariado organizador da Manifestação, esta base de adesão e apelamos a todos os órgãos de poder popular para que tomem posição idêntica tornando-a pública e contactando, se possível a nossa comissão de trabalhadores pelo telefone 381114.

REFORÇAR E ARMAR O PODER POPULAR

Continuação da pág. 1

é clara para os trabalhadores e os revolucionários. A radicalização de importantes sectores do MFA obrigava o PCP a abandonar a sua estratégia de conciliação de classes, ajustando-se taticamente a cada um dos avanços políticos do processo que os progressistas e revolucionários do MFA em contacto com a luta das massas populares foram impulsionando.

Mas esgotado este processo de radicalização do MFA, na hora das opções definitivas onde cabe às forças revolucionárias dirigir toda a ofensiva popular, não chegam habilidades táticas para cobrir a ausência de estratégia revolucionária. No momento presente, só há dois tipos de aliança de classes possíveis:

— ou a aliança revolucionária do proletariado das cidades e dos campos com os sectores radicalizados da pequena burguesia urbana e rural, os soldados, os marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários;

— ou a aliança suicida que põe a reboque da pequena e média burguesias as massas exploradas e oprimidas, num compromisso que a crise fará soçobrar.

A política do PCP é evidente: ceder a direcção do processo à pequena e média burguesias, comprando servilmente o seu lugar secundário no Governo de conciliação de classes ao preço de destruição do Poder Popular, via concreta para o socialismo no nosso país, procurando arrastar a classe operária nesse caminho trágico.

E os outros partidos que se reclamam de classe operária?

Uns são lacaios fiéis da social-democracia quando não dos fascistas (já não é inédito o MRPP de braço dado com o CDS!).

Esses são nossos inimigos de classe. O PCP (M-L)/AOC e o MRPP são forças contrarrevolucionárias cujo isolamento tem de ser completado e de cujo esmagamento definitivo a ofensiva popular se encarregará.

Outros são forças políticas que vivem na maior das confusões e cuja cegueira política pode levar a cair no campo da contrarrevolução.

A UDP-ORPC (M-L) e seus satélites (FEC-OCMLP, etc.), que são forças com uma estratégia reformista, propondo uma aliança de classes que não difere no essencial do defensismo antifascista do PCP estão neste caso. O MES sempre praticou e pratica uma política não-sectária de unidade de acção. E não raras foram as vezes em que procurou e conseguiu uma cooperação efectiva, em momentos de luta importantes, com estas forças. Mas isso não significa da nossa parte uma atitude ecléctica nem um juízo menos claro sobre a inconsequência da UDP-ORPC(M-L) e similares, que ilegítimamente se reclamam do marxismo-leninismo.

Por isso, o MES adverte solenemente essas organizações de que a sua actuação concreta em

relação ao esforço de unidade revolucionária que representa a plataforma da FUR, pelo seu sectarismo e infantilismo, receberá da nossa parte a mais severa crítica, onde e quando se manifestam.

2. A esta clarificação correspondem tarefas de pesada responsabilidade para o MES e todas as forças revolucionárias empenhadas na construção da Frente de Unidade Revolucionária.

O que significa ter em conta os dois aspectos fundamentais seguintes:

O 1.º aspecto é que a FUR tem de ser uma ampla organização de massas onde têm lugar todos os que querem lutar consequentemente pelo avanço do processo revolucionário, pelo Poder Popular, pelo Socialismo e pela Independência Nacional.

Nesse sentido, há que empenhar muitos esforços na organização de secretariados regionais e locais que organizam a acção unitária dos partidos da Frente, ligando-a aos órgãos de Poder Popular, defendendo a cada momento os interesses dos explorados e oprimidos, o Poder Popular e todas as conquistas das massas. E há que incentivar a formação de comités de apoio à FUR em todos os locais de luta das massas exploradas e oprimidas, nos bairros e nas empresas, nas aldeias e vilas do nosso país. Há que saber estimular os muitos e muitos trabalhadores que, desiludidos com a falência das auto-proclamadas vanguarda de classe, se remetem ao silêncio e à expectativa, chamá-los à luta dando-lhes alternativas de combate e organização.

O segundo aspecto é a natureza ofensiva da actual fase da luta das classes exploradoras. No âmbito da acção unitária dos partidos da FUR e em todos os aspectos da intervenção de cada um dos partidos revolucionários temos de ter em conta a necessidade de consolidar e alargar a poderosa ofensiva de massas contra a social-democracia e o fascismo, contra a burguesia e o imperialismo.

Para tal, toda a agitação e propaganda deve estar voltada para estimular a iniciativa das massas.

O MES, partido de vanguarda, organização comunista, confia amplamente na capacidade e iniciativa das massas que dia a dia se afirma e robustecem, e não engeita nenhuma das tarefas que aos comunistas e aos revolucionários cabem na actual fase de ofensiva popular. A todos aqueles que, temendo a luta das massas, desconfiando da capacidade do movimento popular mais por razões da fragilidade do seu próprio compromisso político do que pela análise rigorosa da luta de classes em cada momento, o MES adverte que os revolucionários, a classe operária, as massas exploradas e oprimidas em aliança com os militares revolucionários não recuam e lutam até ao fim pelo Poder Popular e pela revolução socialista.

E os que hesitam nos momentos decisivos, há que dizê-lo sem peias, terão de responder na devida altura pela sua própria fraqueza.

Em frente com as tarefas de unidade revolucionária.

Venceremos!

os que hesitam
nos momentos decisivos
terão de responder
na devida altura
pela sua própria fraqueza



ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 300\$00

estrangeiro-Europa 400\$00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

ENVIO CHEQUE N.º BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º



Esquerda Socialista

um material essencial de reflexão
política sobre a evolução do processo
revolucionário e do próprio MES

os 38 números

— 75\$00 —

Poder Popular

jornal semanal
— todas as 5ª-feiras

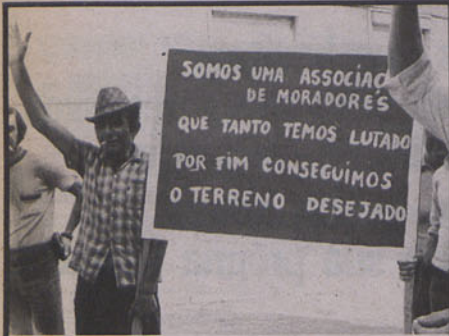
Propriedade
do Movimento
de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica - S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

a associação "25 de Abril"
— um caso exemplar
da afirmação
do poder dos trabalhadores

NÓS SOMOS O PODER POPULAR



O QUE É A ASSOCIAÇÃO "25 DE ABRIL"?

A Associação 25 de Abril é o poder popular em Linda-a-Velha.

Há mais de um ano que os moradores das barracas de Linda-a-Velha têm lutado pela sua organização para conseguirem melhores condições de vida e de habitação para todo o povo pobre.

Depois de muita canseira conseguiram erguer a sua Associação de Moradores que reúne nove bairros pobres em luta pelo direito a uma habitação digna e que já muitas vitórias tem conseguido: ocupação de uma sede, não pagamento de rendas de muitos moradores, conquista do terreno, etc.

Fundamentalmente têm conseguido a sua união e ligação cada vez mais consciente e organizada aos trabalhadores de outras zonas através das Intercomissões de Moradores das Barracas e das suas realizações de massas.

Neste momento e cada vez mais os moradores pobres de Linda-a-Velha sabem que a sua Comissão de Moradores — Direcção da Associação 25 de Abril — é a sua vanguarda, órgão de poder popular que saberá conduzir à vitória as suas lutas.

Grítaram os moradores das barracas atravessando Linda-a-Velha em manifestação para ir ocupar o terreno, recentemente expropriado, onde vai ser construído o seu novo bairro porque tanto têm lutado.

«Nós somos o poder popular» souberam também afirmar ao castigar com a sua violência revolu-

cionária um fascista das vivendas que provocou e atacou um dos membros da Comissão de Moradores que conduzia a manifestação.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, um comunicado da direcção da Associação 25 de Abril de Linda-a-Velha (Comissão de Moradores) sobre os acontecimentos:

COMUNICADO À POPULAÇÃO DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL DOS MORADORES DOS BAIRROS DE BARRACAS E CASAS DEGRADADAS DE LINDA-A-VELHA.

A direcção da Associação 25 Abril organizou no passado dia 6, sábado, uma festa popular com os seus sócios e amigos destes a fim de festejar a conquista do terreno por nós alcançada.

Esta festa começou com uma manifestação popular que partiu da sede desta associação e foi até ao terreno onde vai ser construído o nosso novo bairro.

A direcção desde o início que esteve à frente do processo e as palavras de ordem gritadas — EM FRENTE COM A 25 ABRIL; VIVA O 25 ABRIL; VIVA O PODER POPULAR; NÓS SOMOS O PODER POPULAR —, mostram a força e a organização da nossa Associação, verdadeiro órgão de poder popular.

Durante a manifestação, já perto do terreno, apareceu um provocador reaccionário que se meteu com um dos membros da direcção que dizia as palavras de ordem, ameaçando-o de levar um tiro caso não parasse a manifestação. Todo o povo que participava na manifestação reagiu imediatamente e atirou-se a ele, conseguindo desarmá-lo.

Alguns membros da direcção dirigiram-se então ao Copcon enquanto os outros se encarrega-

vam de prosseguir a festa. No entanto o fascista já bastante maltratado continuou com ameaças tentando desmobilizar a população que entretanto festejava esta grande conquista da nossa luta que é o terreno para o novo bairro.

Terminada a festa e dado que o Copcon não comparecera (antes apareceu um jeep da GNR) resolveu a direcção juntamente com a população tomar medidas imediatas contra este fascista que de arma na mão nos ameaçou e se gabava de ter granadas em casa.

Resolveu então a direcção pelo poder conferido por todos quantos ali estavam denunciá-lo pelas ruas de Linda-a-Velha e mais tarde esta direcção juntamente com elementos do exército e da GNR passaram uma rusga à casa tendo sido depois levado este fascista preso para Oeiras

Isto que aconteceu mostra bem que temos que estar **vigilantes**, continuar na luta defendendo aquilo a que temos direito, reforçando e fazendo **avançar o poder popular**

EM FRENTE COM A ASSOCIAÇÃO 25 ABRIL
VIVA O PODER POPULAR



O M.E.S. FACE AO VI GOVERNO

A ofensiva da social-democracia continua a promover uma escalada reaccionária que dia a dia, aumenta de dimensão, num ataque desenfreado às conquistas fundamentais do processo revolucionário, que visa destruir.

Esta escalada reaccionária que constitui a ponte de passagem para o fascismo, iniciou-se com a tentativa de aproveitar o justo descontentamento de sectores da pequena burguesia e dos camponeses do Norte e Centro do País no sentido de os lançar contra o processo revolucionário, em ligação com os comandos militares reaccionários dessas zonas. **Passou-se depois declaradamente por um ataque aberto no seio das Forças Armadas e do próprio M. F. A., no sentido de conseguir a sua dissolução, destruição da sua Assembleia, das ADUs e GDUs, neutralização e saneamento dos oficiais progressistas e revolucionários, com o objectivo de reconstruir o Exército burguês à imagem e semelhança do Exército colonialista de Salazar e Caetano.**



A terceira fase da ofensiva reaccionária acaba de completar-se. Tomando de assalto o aparelho de Estado, impondo um Governo de conciliação de classes que hegemoniza totalmente e um Programa Político de defesa autoritária do capitalismo, dando as mãos à direita fascista, a social-democracia oferece e garante ao fascismo as condições para que reconquiste posições anteriormente perdidas, reorganize as suas forças e prepare comodamente o golpe terrorista em marcha!

A cumplicidade do P.C.P. no projecto reaccionário que acaba de ser anunciado ao País é uma evidência que os trabalhadores e os revolucionários compreenderam definitivamente. Por mais que o P.C.P. esconda a sua tomada de posição no jogo das palavras, os trabalhadores não se deixam mais iludir. O projecto reaccionário do VI Governo é um acordo expressamente firmado entre os três partidos da coligação (P.C.P., S. e P.P.D.) e estabelece a «unidade de acção» dessas três forças políticas. O P.C.P. virou decididamente as costas à Revolução Socialista e aos interesses da classe operária e dos trabalhadores que colocou a reboque os interesses da burguesia. O P.C.P., capitulando, acaba de comprar a sua participação num Governo de conciliação de classes que visa destruir o Poder Popular, caminho concreto para o Socialismo em Portugal.

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque as principais conquistas do Povo trabalhador vão ser postas em causa por tal Governo. Com efeito, a legitimação e o incentivo ao Poder Popular, que a Assembleia do M. F. A. aprovou no Documento Guia da Aliança Povo-M. F. A., são postos de lado no Programa que Pinheiro de Azevedo apresentou, onde apenas são considerados Documentos Programáticos do M. F. A., o Programa, o Pacto e o Plano de Acção Política, textos ambiguos e contraditórios que as lutas do Povo trabalhador, dos soldados e marinheiros e oficiais revolucionários já haviam ultrapassado.

Deste modo, o avanço do processo de organização popular, a partir das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia, o avanço do processo de ligação destes órgãos de Poder Popular às Assembleias de Soldados, às Assembleias de Marinheiros, às Assembleias de Delegados de Unidade, a intensificação da realização de Assembleias Populares Locais, tudo isto irá sofrer o fogo cerrado do Governo Provisório. Em nome da «autoridade», em nome do «respeito pela legalidade», em nome da interpretação da «vontade maioritária do Povo Português», em nome do «pluralismo», o Poder de Estado irá tentar abafar a expressão organizada davontade dos trabalhadores, onde a verdadeira autoridade revolucionária se teria de apoiar, onde a legalidade popular se sente, onde o pluralismo no seio dos explorados e oprimidos está presente. O VI Governo Provisório ao ameaçar o que intulam de «grupos civis armados» não é para o E. L. P. que se

dirige, mas sim para a classe operária e outros trabalhadores que procuram muito justamente assegurar a auto-defesa armada das suas conquistas e o avanço da revolução.

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque este Governo vai ser um instrumento do capital para impor ao povo trabalhador uma democracia burguesa, sem qualquer futuro que não seja a transição para o fascismo. Com efeito, ao ressuscitar um Pacto Antipopular, ao ser baseado numa coligação defunta, ao exigir o pluralismo democrático onde cabem todos os reaccionários, o Governo Provisório mostra a sua verdadeira face burguesa, logo anti-socialista. A cedência à chantagem social-democrata é claramente expressa no Programa quando este prepara a entrega dos órgãos de Comunicação a mandaretes da burguesia e a cedência numa bandeja das autarquias locais aos caciques reaccionários organizados nos partidos neofascistas e sociais-democratas.

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque este Governo abre as portas ao fascismo dizendo querer combatê-lo; ao considerar nas forças políticas progressistas partidos como o P. P. D., dirigido por colaboracionistas e pleno de fascistas descarados ou camuflados, o Governo não poderá deixar de facilitar o campo de acção de todos os reaccionários, ao preparar a reintegração de saneados, ao considerar «presospolíticos» os golpistas contra-revolucionários e saboteadores económicos detidos, o Governo mostra a clara incapacidade e um evidente desinteresse no verdadeiro combate contra o fascismo.

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque tal Governo vai permitir a intensificação da dominação imperialista do nosso país, apesar da sua fraseologia de «Independência Nacional». Mas que raio de Independência Nacional é essa que assenta no «respeito de compromissos» (NATO, Pacto Ibérico, etc.) no «apoio ao investimento estrangeiro, no «reforço dos laços» com a EFTA e o Mercado Comum?

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque tal Governo vai servir as manobras da burguesia e do imperialismo na tentativa de salvar o capitalismo português, integrando nas nacionalizações e a reforma agrária numa estratégia ampla de intensificação das relações de produção capitalistas. Nacionalizações e Reforma Agrária sem Poder Popular nada têm a ver com o avanço para o Socialismo; a referência preocupada à necessidade de reanimação do sector privado no Programa do Governo é um primeiro sinal da manobra de recuperação capitalista que está em curso.

O M.E.S. não apoia o VI Governo Provisório porque este irá ser um Governo contra o Poder Popular, um Governo encontrado para favorecer a recuperação da burguesia, um Governo que objectivamente abrirá as portas à ofensiva fascista e à dominação imperialista.

A formação do VI Governo Provisório é mais um passo dado pela burguesia no prosseguimento da sua escalada reaccionária. Mas não dará muitos mais.

A classe operária e os trabalhadores, firmes na luta, não pararão na sua ofensiva. Não consentirão que seja destruído o Poder Popular, antes saberão cerrar fileiras em torno dos seus órgãos unitários de base, reforçando e desenvolvendo a sua implantação. Camponeses e operários defenderão, nos campos e nas fábricas as conquistas alcançadas na luta. A classe operária prepara-se para assumir o seu destino histórico, e unir, sob a sua bandeira todos os explorados e oprimidos. A burguesia então será dada, em tempo devido, a resposta devida: a resposta da revolução à exploração e opressão!

Lisboa, 14 de Setembro de 1975

O Secretariado da Comissão Política Nacional do Movimento da Esquerda Socialista

FELGUEIRAS

A situação política continua a ser contraditória e o Poder também. Nenhuma das opções de classe fundamentais foi feita: democracia burguesa a caminho do fascismo ou Poder Popular a caminho do Socialismo? Exército burguês ou Exército popular? A sujeição ao imperialismo ou independência nacional?

O M. E. S. avisa solenemente que a social-democracia é o primeiro passo para a implantação do fascismo em Portugal!

Também em Felgueiras, os fascistas agentes do E. L. P. se movimentam e organizam, sendo notórias as estranhas movimentações de conhecidos reaccionários e caciques deste concelho. Alguns trabalhadores inebriados e enganados por propostas falsamente socialistas têm tomado posições objectivamente contra-revolucionárias e abrandando a VIGILÂNCIA. Começam a aparecer panfletos do chamado «M. D. L. P. — Movimento Democrático de Libertação de Portugal», grupo ultrafascista, ligado ao facinoroso fascista Spínola que mais não pretende senão o regresso ao regime fascista, para assassinar o Povo trabalhador, confundindo-o com paleio falsamente democrático.

Nas empresas e fábricas assiste-se a estranhos movimentos para a formação de comissões nas costas dos trabalhadores, com intuíto inconfessáveis e que nada têm a ver com as verdadeiras Comissões de Trabalhadores eleitas em plenários de fábrica e a ele sujeitas.

Que não haja ilusões: a ameaça do fascismo é iminente. O M. E. S. apela a todos os trabalhadores antifascistas e revolucionários de Felgueiras que estreitem a VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA e se mantenham alerta contra as movimentações fascistas, sabendo distinguir quem verdadeiramente está com a REVOLUÇÃO SOCIALISTA e quem não está.

CONTRA O FASCISMO, VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA!

GUIMARÃES

O povo chileno vive há dois anos reprimido pela ditadura fascista de Pinochet, implantada em 11 de Setembro de 1973 com o derrube do Governo de Salvador Allende.

As conquistas alcançadas pelo povo chileno (nacionalizações, reforma agrária, etc.) e a possível vitória do socialismo no Chile representavam uma ameaça para os interesses imperialistas americanos e europeus nessa parte do mundo (América Latina).

A Junta fascista do Chile devolve todas as empresas nacionalizadas aos capitalistas accionistas. Os pelotões de fuzilamento de Pinochet deram num ano mais de 1000 por cento de aumento de custo de vida, lançando no desemprego 600 000 trabalhadores numa população trabalhadora de 2 500 mil e estipularam um salário mínimo de miséria de 1100\$00!!! Exilaram 100 000 trabalhadores, mataram 40 000! Feriram 60 000! Dissolveram a Central Única de Trabalhadores (CUT) e a unidade sindical! Aboliram o direito à greve, e todos os direitos dos trabalhadores, e autorizaram os capitalistas a despedirem os trabalhadores por cometerem o crime de gritar bem alto a miséria, o sofrimento, e a exploração!!! O povo para sobreviver precisa de 76 contos por ano e só ganha 36! A alta burguesia explora. O proletariado morre à fome! Os revolucionários morrem espancados nos campos de concentração!

O exemplo do Chile tem que ficar bem marcado na memória dos trabalhadores portugueses, neste momento em que os fascistas se organizam, apoiados pelos sociais-democratas, para decretarem a ditadura repressiva e levarem ao trono um Pinochet, que pode ser Spínola, Galvão ou outro.

O exemplo do Chile mostra bem claro que nada podemos esperar dos países capitalistas e do imperialismo, a não ser o boicote económico e o apoio político e militar ao golpe fascista, como aconteceu no Chile.

O exemplo do Chile mostra bem claro que urge unir operários e camponeses, soldados, marinheiros e oficiais revolucionários, na luta pela revolução socialista, contra o golpe fascista.

Gritemos bem alto:
Portugal não será o Chile da Europa!!!

OLIVAIS

Convocam-se todos os simpatizantes do M. E. S., dos Olivais, para uma reunião a realizar na 2.ª-feira, 22 de Setembro na sede de Moscavide (do M. E. S.) às 21 e 30. Morada: Av. dos Combatentes da Grande Guerra 51-B. Tel. 2514600

COMPARECE CAMARADA!

Rectificação

Por lapso de ordem técnica, no último número, no artigo sobre a prisão de 4 militantes do MES, afirmou-se que o CIAAC «Saiu para ocupar a Ponte sobre o Tejo», quando queríamos dizer «saiu para...»

Realizou-se na última sexta-feira em Lisboa, o primeiro comício realizado pelas organizações que estão nesta altura a desenvolver esforços pela criação de uma Frente de Unidade Revolucionária, que garantirá o reforço da luta contra o fascismo e a social-democracia e pelo poder popular.

Estiveram presentes, dirigindo-se às largas dezenas de milhares de trabalhadores revolucionários presentes representações do MDP, da LUAR, do PRP/BR, da LCI, da FSP e do MES.



Intervenção do camarada Afonso de Barros, da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e membro do Secretariado Provisório para a construção da Frente de Unidade Revolucionária, no comício realizado no Campo Pequeno em 12 de Setembro de 1975.



MOBILIZAR AS MASSAS

Camaradas
O processo revolucionário encontra-se numa fase decisiva. **Tudo pode ser ganho e tudo pode ser perdido.** Vivemos a hora da verdade. Ou se avança com segurança e sem hesitações para o socialismo, abrindo as portas à revolução, ao poder dos trabalhadores: ou a burguesia saberá vibrar o golpe que tragicamente as há-de fechar. Agora, mais do que nunca, é fundamental consciencializarmo-nos e gritar bem alto que o dever dos revolucionários é fazer a revolução. Se não tivermos a ousadia de, com fervor revolucionário, a levarmos por diante, podemos estar certos, camaradas, que a revolução será estrangulada e afogada no sangue dos trabalhadores.

Camaradas
Não seremos o Chile da Europa. Não seremos vítimas dóceis dos abutres capitalistas e dos oficiais fascistas e reaccionários. **Havemos de levar a revolução à vitória.**

Não seremos o Chile da Europa porque a classe operária encontra-se firme na direcção da luta anti-fascista, anticapitalista, e anti-imperialista no nosso país.

Não seremos o Chile da Europa porque as largas massas de trabalhadores se saberão unir sob

tantes ou de lacaios pressurosos e obedientes do capitalismo, lançam a sua ofensiva, servindo-se de táticas brutais ou subtis, com o objectivo de bloquear o avanço do processo revolucionário e de restaurar a ditadura do capital. **Que ninguém se iluda!**

Vêmo-los fomentar a divisão dos progressistas e revolucionários nas unidades militares; vêmo-los a aproveitar os legítimos anseios e o justo descontentamento dos camponeses do Norte e Centro do País para abrir espaço de manobra às organizações terroristas e para fortalecer as posições reaccionárias da hierarquia da Igreja e dos comandos militares mais reaccionários; vêmo-los utilizar todos os meios para procurar dividir os trabalhadores; vêmo-los em síntese, tudo fazerem para sabotar a revolução.

Tornou-se claro também qual a verdadeira natureza dos conciliadores, hesitantes e reformistas. Os trabalhadores, viram, no momento em que mostram a sua firme disposição em avançar, no momento em que hesitar seria trair, aqueles que repetidamente se afirmam como sua vanguarda não terem pejo de abrir as portas à conciliação e ao compromisso.

Camaradas
Os inimigos dos trabalhadores e da revolução

as deles? Será que são tão estúpidos que abdicam a favor da social-democracia? Não, camaradas! **Eles não são tão conscientes como nós que a social-democracia é uma solução impossível no nosso país, mas que é uma fase necessária na transição para o fascismo.**

Camaradas
Vivemos um momento difícil do processo revolucionário. As forças capitalistas, agrupadas em santa aliança, encontram-se na ofensiva. A sua estratégia está bem definida e são claros os seus objectivos:

- Reprimir as conquistas e as liberdades dos trabalhadores;
- Sanear os revolucionários, civis e militares;
- Amordaçar a Imprensa progressista e revolucionária;
- Boicotar a reforma agrária e as nacionalizações;
- Destruir o Poder Popular;
- Reforçar a dependência face à Europa capitalista e ao imperialismo mundial, traíndo a vontade popular de Independência Nacional.

Atenção, camaradas, o processo para levar a cabo estas «ciclópicas» tarefas está em marcha. Se não for prontamente travado, o caminho está aberto ao rápido avanço do fascismo. A social-democracia terá cumprido o seu papel.

PARA DERROTAR A SOCIAL-DEMOCRACIA

a direcção da classe operária e jamais cederão à burguesia tudo o que até agora conquistaram em duras lutas, porque as largas massas de trabalhadoras terão a capacidade de continuar a firme ofensiva revolucionária contra o capitalismo, até à construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, sem oprimidos e opressores.

Não seremos o Chile da Europa porque os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários se saberão unir cada vez mais aos trabalhadores nas suas lutas, partilhando as suas pequenas ou grandes vitórias.

Camaradas
A agudização da luta teve o grande mérito de permitir que os amigos e os aliados melhor se conhecessem e cimentassem a sua unidade. A unidade constrói-se na luta e, desde que construída, não há dólares, marcos ou francos com força bastante para assassinar a vontade e a determinação revolucionária dos trabalhadores.

Os inimigos, esses, conhecem-se também agora melhor. Encaputando as suas reais intenções através de uma fraseologia de esquerda ou assumindo inteiramente à luz do dia a sua função de represen-

tação de classe operária e jamais cederão à burguesia tudo o que até agora conquistaram em duras lutas, porque as largas massas de trabalhadoras terão a capacidade de continuar a firme ofensiva revolucionária contra o capitalismo, até à construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, sem oprimidos e opressores.

A burguesia sabe que conta com este poderoso aliado e não hesita em chamá-lo, pressurosa e vergonhosamente em seu auxílio. Estimula o cerco económico ao nosso país, favorece escandalosamente a chantagem dos auxílios do imperialismo, e nem hesita em deixar pairar a ameaça da invasão militar estrangeira de Portugal. Apertada pelo avanço das massas trabalhadoras clama por socorro ao irmão mais velho. Os seus agentes correm sem descanso pelas capitais dos países imperialistas. **Um dos mais activos é, sem dúvida, Mário Soares, cão de guarda fiel do capitalismo e do imperialismo de cócoras perante os seus patrões, desempenhando a «missão histórica» de abrir caminho a Spínola até Lisboa.**

Querem-nos estes senhores fazer crer que a social-democracia é a única forma eficaz de impedir o regresso do fascismo a Portugal. Mas nós, camaradas, sabemos bem que é o contrário que se passa, sabemos bem que a social-democracia, a implantar-se no nosso país, traz no seu ventre o fascismo.

E isto também o sabem bem os fascistas. Senão como explicar o agrupamento de todas as forças de direita em torno das posições dos chamados «nove», no campo militar, e do P. S., no campo político? Será que os fascistas são tão ingénuos que confundam as posições social-democratas com

cracia terá cumprido o seu papel. A resposta terá de ser rápida e poderosa. **Não podemos perder um só instante nem dispersar esforços.**

Mas como responder, camaradas? Será fazendo compromissos defensivos e conciliadores com os inimigos da revolução? Nós dizemos que não, camaradas!

Nós dizemos que para avançar na Revolução Socialista não se pode pactuar com os exploradores e seus lacaios!

Para avançar na revolução é preciso, é fundamental a unidade, mas a unidade de classe, a unidade dos trabalhadores e dos revolucionários! E a unidade constrói-se adoptando uma tática ofensiva que mobilize as massas em torno de objectivos claros. A unidade constrói-se através da organização dos trabalhadores nos seus órgãos de Poder Popular.

Camaradas
Estamos ou não dispostos a avançar na Revolução Socialista?

Para avançar na revolução só poderemos, neste momento de vitória ou derrota, selar um compromisso, o compromisso da firme defesa dos interesses históricos da verdadeira e única maioria: a classe operária e todos os explorados e oprimidos.

Nesta hora decisiva, é fundamental que os trabalhadores compreendam quem está com eles e quem os trai. E agora os trabalhadores sabem, com base na prática, que quem pactua com a social-democracia não está com eles nem com os seus interesses.

Camaradas
Não podemos vacilar. Sejamos firmes. A força dos operários, dos camponeses, dos pescadores, dos militares progressistas e revolucionários, de todos



os trabalhadores, avança como uma vaga que nada poderá deter. Não pararemos. Saberemos dar a devida resposta às manobras do capitalismo e às veleidades dos facistas e de todos os reaccionários.

Mas, para isso, teremos que saber unir, em torno de um Programa de Unidade Revolucionária, todos os verdadeiros revolucionários deste país. Teremos que desencadear todos os esforços no sentido do reforço, generalização e coordenação dos órgãos de Poder Popular. Teremos que saber unir os militares progressistas e revolucionários aos trabalhadores, avançando sem hesitações na formação de Assembleias Populares. Teremos que criar rapidamente as condições para a formação de um Governo de Unidade Revolucionária, que se mantenha no poder até à criação da Assembleia Popular Nacional. Unir os revolucionários para fazer a revolução — eis a tarefa fundamental da actual fase da luta de classes no nosso país.

A construção da Frente de Unidade Revolucionária representa um contributo de inegável importância para levar à prática esta fundamental tarefa. Para que ela seja uma realidade, para que ela se

torne num instrumento capaz de assumir a direcção da luta de massas anticapitalistas não basta a mera soma dos esforços das organizações políticas fiéis à plataforma do 25 de Agosto e subscritoras do Manifesto de 10 de Setembro. É necessário, é vital que ela englobe todos as organizações e militantes autenticamente revolucionários.

É necessário, é vital que a articulação entre a Frente e os Órgãos de Poder Popular, seja uma realidade a breve prazo.

A Frente de Unidade Revolucionária terá que constituir uma poderoso contributo para a unificação e organização da vanguarda de classe, condição indispensável para a tomada do poder pelos trabalhadores e o exercício do poder revolucionário do proletariado. Mas, camaradas, esta tarefa só poderá ser levada a cabo se formos intransigentes com todos aqueles que tentam sabotar a unidade revolucionária, seja por se mostrarem incapazes de contribuir para a direcção revolucionária do movimento de massas, seja por pretenderem subordinar à sua visão estreita e sectária a avalanche criadora do Poder Operário e Popular.

AVANTE PELA FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA!

ABAIXO A SOCIAL-DEMOCRACIA!

MORTE AO FASCISMO!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

VIVA O PODER POPULAR!



E ESMAGAR O FASCISMO

a ofensiva anticomunista, pelas proporções que assumiu, tem um significado político que não pode ser escamoteado

CHAMAR OS CAMPONESES DO NORTE PARA A REVOLUÇÃO

Considerado como o grande obstáculo de tomo ao processo revolucionário, ele constitui um dado decisivo com que a social-democracia jogou na sua ofensiva para travar e tentar destruir o curso revolucionário e a tomada do poder pelos trabalhadores. Claramente manobrado pela direita fascista, com o apoio activo da Igreja Católica e o apoio passivo dos comandos militares mais reacçãoários, o fenómeno do levantamento das populações contra as autarquias e sedes de organizações políticas progressistas **não pode ser reduzido simplistamente apenas a uma das suas componentes — a influência organizada dos fascistas**.

A ESTRUTURA SOCIAL

A caracterização social do Norte, à parte situações específicas que não alteram a estrutura da situação, apresenta-se do seguinte modo:

A) operariado com débil consciência de classe e tradição de luta, condicionado pela origem e condição camponesas e influenciado pela ideologia burguesa e pela acção clerical e religiosa;

B) inexistência do proletariado rural e ausência quase total do jornaleiro, devido à estrutura dominante da propriedade (minifúndio) e à emigração;

C) predominância da pequena burguesia possuidora (pequenos proprietários rurais, artesãos, pequenos comerciantes e industriais, etc.);

D) concentração nas cidades do proletariado fabril, pequena burguesia assalariada, média e grande burguesia.

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril conseguiu, numa primeira fase, o apoio massivo do operariado, do campesinato e da pequena burguesia. Neste

e caciques reacçãoários sobre as populações.

Constituindo um dado irrecusável do processo, que só a miopia política ou o oportunismo esquerdista mais descarado se negam a reconhecer, a tese da dúzia de caciques reacçãoários e manipuladores não consegue compreender nem justificar o amplo apoio de trabalhadores e camponeses pobres às manobras da contra-revolução. É necessário aprofundar as raízes e as motivações desses acontecimentos, porque só assim as forças políticas revolucionárias poderão encontrar a resposta eficaz que permita ganhar os camponeses do Norte para a revolução.

estratégia de conciliação e empenhados no controlo administrativo dos postos de decisão, travavam a organização popular, refreavam e combatiam as organizações e o trabalho político de classe, concedendo à direita reacçãoária todas as condições para, a breve prazo, conquistar uma base social de apoio susceptível de ser lançada contra o processo revolucionário.

os ataques desferidos contra o poder do capital, sobretudo depois do 11 de Março, não foram acompanhados de medidas concretas que impulsionassem a criação do Poder Popular, cujo projecto ficou praticamente entregue à militância das organizações políticas progressistas e revolucionárias.

Não foi atacado de frente o problema da destruição do intermediário, do aniquilamento da exploração nos circuitos de distribuição e comercialização, com medidas que

passavam necessariamente por uma drástica redução dos custos de produção e pela garantia de escoamento, directamente no mercado, dos produtos agrícolas a preços fixos garantidos. Algumas medidas avançadas nesse sentido, como a subida dos preços de alguns produtos,

concessão de créditos, etc., tiveram uma eficácia quase nula, porque se menosprezou o facto de o cacique se encontrar intimamente ligado ao processo de produção, e com uma influência sobre as populações não meramente ideológica mas fundamentalmente resultante da combinação dos factores da actividade produtiva, portanto em condições práticas de boicotar aquelas medidas progressistas.



As expectativas que o processo revolucionário tinha aberto foram-se assim progressivamente fechando para um sector social habituado tradicionalmente a desconfiar, criando-se espaço favorável para uma intervenção dos partidos políticos de direita e das organizações do terrorismo fascista. O modo gregário de vida, centrado num amplo agregado familiar (há famílias onde coabitam operários, camponeses, pe-

por duas linhas de acção fundamentais:

A) A questão do poder. É necessário desenvolver um longo trabalho político nos campos, desde a informação e a realização cultural até à organização das populações em torno da satisfação de necessidades imediatas e interesse colectivo. Este trabalho tem que estar orientado fundamentalmente para fazer compreender ao camponês o que é a questão do poder que está em causa, a criação de condições para a sua participação na direcção da sociedade, na defesa e prossecução dos seus próprios interesses.

Aqui se insere a ampla batalha para a criação do Poder Popular nos campos. Comissões de Moradores, Conselhos de aldeia, ou outros órgãos de Poder Popular, que as condições concretas surgiram, a todos eles é necessário dar logo um conteúdo concreto, que os campo-

camponeses na Reforma Agrária e ao empenhamento colectivo nos seus estádios sucessivos.

Nesta primeira fase se devem tentar já todos os esforços no sentido de coordenar os órgãos de Poder Popular nos campos com os órgãos de Poder Popular nas fábricas, sobretudo às comissões de trabalhadores das empresas ligadas directamente ao circuito de produção agrícola (ex. fábricas de adubos e pesticidas).

b) Luta por um programa e um Governo de Unidade Revolucionária, onde as medidas atrás apontadas de protecção à produção, garantia de preços e colocação no mercado sejam expressamente asseguradas.

Organizar as populações em torno dos órgãos de Poder Popular, levar à prática iniciativas viradas para a organização da produção, fo-

mentar o empenhamento e a capacidade de luta dos camponeses pela garantia do apoio técnico e financeiro, por condições de acesso directo ao mercado, são os pressupostos indispensáveis para que, na actual fase, as manobras contra-revolucionárias sejam bloqueadas e se abra caminho a entrada massiva ao campesinato de Norte a Sul nas fileiras da revolução.

O TRABALHO POLÍTICO A FAZER

A presente situação impõe que as tarefas revolucionárias nos campos do Norte sejam pautadas

CHILE

intervenção do camarada da F.U.R., no comício do Porto de apoio à resistência chilena

No dia 12 a organização comunista KB (Kommunistischer Bund) com quem mantemos relações estreitas e solidárias levou a efeito em Hamburgo, um importante comício de apoio à luta revolucionária do povo chileno.

Presentes representações do MIR chileno, de numerosas organizações revolucionárias da América Latina e Médio Oriente, e do MES.

Perante milhares de trabalhadores alemães, o camarada Edilberto Moço, do secretariado da Comissão Política Nacional do MES, usou da palavra,

Dois anos são passados sobre o criminoso golpe fascista no Chile. Dois anos em que dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores chilenos foram e são diariamente assassinados pelo laçoio do Imperialismo Americano e carrasco do povo chileno — Augusto Pinochet.

Esta data não é porém uma data que só ao Chile diga respeito. Ela diz-nos respeito, também. Pois o inimigo que ameaça o Chile também nos ameaça e do mesmo modo: com chantagens, boicotes, espionagem, infiltrações em partidos e em meios militares. O inimigo é o mesmo: o imperialismo. Iguais são os objectivos que visa: a subjugação de um povo ao capital estrangeiro, americano ou europeu. **Idênticos são os processos que utiliza, semelhantes são as caras com que se apresenta.**

Para a divisão das massas trabalhadoras ele utilizou no Chile a força de um partido que falava da «Revolução na Liberdade», na aproximação com a Europa,

que chegava a empregar os termos «socialismo» e «autogestão». Ele utilizou a influência que em virtude da sua demagogia, esse partido gozava em certos sectores da classe operária, para em nome da «Revolução na liberdade», esmagar a revolução e acabar com as liberdades.

Aqui, em Portugal, há outro partido que falando em «Socialismo, em liberdade» tem servido de ponta de lança aos desígnios do imperialismo.

No Chile havia um jornal que fazia a mais sórdida propaganda anti-comunista, que tentava lançar brechas entre as forças de esquerda, que justificava e fazia a apologia da violência reaccionária. Chamava-se «El Mercurio».

«Em Portugal há vários «mercúrios», em Lisboa e até no Porto.

No Chile, os sectores mais reaccionários, civis e militares, procuraram, antes do golpe fascista, desarmar os grupos de auto-defesa populares.

No Chile procurou-se eliminar, antes do golpe

fascista, todos os oficiais superiores que se opunham a uma intentona fascista. Assim o general Prats foi afastado, por em 29 de Junho ter resistido de pistola em punho, ao «tancazo», a primeira tentativa fascista, o 11 de Março chileno.

Em Portugal, e aqui no Porto, saneou-se o oficial general que revelou ao país o ELP, e que lutava contra a conspiração fascista: o brigadeiro Corvacho.

Já antes houvera saneamentos à esquerda de soldados e oficiais. Mas agora o processo torna-se sistemático. Nos últimos dias tinham sido afastados da Assembleia do MFA numerosos militares.

No Chile o golpe partiu de um general que todos consideravam insuspeito, afável, disciplinado. Em Portugal, os candidatos a Pinochet são vários, uns mais subtis, outros menos.

No Chile, de resto, Pinochet, fez questão em mostrar-se também um general muito «social».

Mas em Portugal, como no Chile, há também

um povo que luta e que não se deixa render sem lutar. Já aprendemos, mas devemos aprender ainda mais com os camaradas chilenos, e eles conosco, a lutar, contra um inimigo que, afinal, é comum.

Sobretudo quando aqui, e nos últimos dias, se passaram factos que nos fazem dizer, como ao capitão Matos Gomes, um dos autênticos revolucionários fardados:

«A revolução acabou. É preciso fazer a revolução» E o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Fazer a revolução consiste, antes de mais, em organizar as massas trabalhadoras. A palavra de ordem «Poder Popular», como muitas palavras de ordem do processo revolucionário português, foi uma palavra de ordem por que se lutou no Chile.

Fazer a revolução é, por outro lado, saber preparar mais do que uma defesa. A única defesa possível é o ataque, o avanço da Revolução. Como no Chile, a opção em Portugal é clara: socialismo ou barbárie, socialismo ou fascismo.



Saudando a luta do Povo chileno, os trabalhadores alemães e os revolucionários de todo o Mundo apelam à solidariedade internacionalista no combate contra o capitalismo e o imperialismo.

TIMOR



Do Comité de Acção da Fretilin em Portugal recebemos dois documentos de solidariedade internacionalista para com o povo de Timor, donde extraímos algumas informações que as agências internacionais têm falseado e que a Imprensa portuguesa pouco se tem preocupado em corrigir. Sobre o golpe de Estado militar na Indonésia, executado há dez anos pelos actuais dirigentes desse país, é nos justamente recordado que... «cerca de um milhão de pessoas foram assassinadas e muitas centenas de milhar foram presas. Ainda hoje se acumulam em 100 000 os prisioneiros políticos, a maioria dos quais sem julgamento. Os militares indonésios querem convencer a opinião mundial de que invadiram Timor Leste para salvar vidas, para acabar com o derramamento de sangue, para restaurar a ordem e para salvaguardar a

estabilidade regional»...

Também as responsabilidades da Austrália não são menores, embora diferentes... «Com as suas notícias, não confirmadas de massacres da Fretilin, os meios de comunicação australianos estão a preparar terreno para uma invasão à Indonésia. Mas quando se observa mais atentamente vê-se que nenhum refugiado diz ser testemunha ocular das atrocidades. Todos eles apoiam a UDT e divulgam a sua propaganda.

Os dirigentes da UDT são de facto a elite. O vice-presidente da UDT, Costa Mouzinho representou Timor na Assembleia Nacional fascista antes do 25 de Abril.

Era dirigente da ANP fascista em Timor. Agora é «democrata». O presidente da UDT, Lopes da Cruz, lutou no exército fascista português em Angola e vangloriza-se de quantos africanos matou.

...Também era membro da ANP. Tornaram-se ricos pelo corrupção...

A UDT, perdendo apoio e em vez de esperar pelas eleições, tentou um golpe na noite de dez de Agosto. Ocuparam o aeroporto, estações de rádio e outras instalações. O chefe da polícia fascista tomou em mãos o controlo das armas da polícia a favor da UDT.

Em Abril a UDT tinha obtido apoio para um golpe dos serviços secretos australianos e de extremistas da direita, «...Foram-lhe prometidas armas. Também encontraram apoio em Djacarta. Hoje a filha de Mouzinho permite-se dizer que a UDT vencerá porque a indonésia a apoia e intervirá.

A 11 de Agosto a UDT assassinou os dirigentes da Fretilin, António Barga, António Nascimento e Ali Alkatiri, depois de os tirar da cama. Muitos outros elemen-

tos da Fretilin foram também assassinados nessa noite e nos dias seguintes.

A Imprensa não disse nada sobre este massacre da UDT.

A 16 de Agosto, quando a UDT se preparava para perseguir os dirigentes da Fretilin nas montanhas, a Fretilin lançou um contra-ataque. A Fretilin propôs conversações de paz com a UDT, com a própria filha de Mouzinho admitiu, mas a UDT recusou. Começou então, a sangrenta batalha de Dili. Só quando a Fretilin começou a ganhar é que os meios de comunicação australianos descobriram a sua consciência humanitária. Só então a Indonésia ameaçou com a invasão para restaurar a ordem.

O dirigente de um partido australiano fez um apelo às tropas australianas para que invadissem Timor para esmagar a Fretilin...

Os corruptos generais indonésios, as companhias petrolíferas multinacionais a JIO e a CIA são os que temem um Timor Leste independente dirigido pela Fretilin e desculpam os seus planos de invasão com falsos argumentos sobre atrocidades e «comunismo»...

Por estas informações podemos imaginar parte das deturpações que as agências internacionais fazem sobre os acontecimentos em Timor Leste. Mantenhamo-nos vigilantes contra as falsas notícias. Quando não chegaram ainda notícias seguras é de desconfiar sempre, pelo menos, das notícias que nos apresentam os massacres feitos pelos comunistas e outras de mesmo género, pois já sabemos que ao atacar e denegrir a Fretilin é toda a luta da libertação do povo de Timor Leste que a reacção internacional quer atacar.

A FALÊNCIA DO REFORMISMO E A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

25 Agosto. Assinatura da plataforma de unidade revolucionária (MES, FSP, LUAR, PRP, MDP, LCI, PCP e 1.º de Maio)

27 Agosto. Grande manifestação em Lisboa organizada pela F.U.R., contra o capitalismo e a social-democracia, pelo avanço do processo revolucionário. Duzentas mil pessoas recusaram exuberantemente a conciliação com a burguesia, nomeadamente face à afirmação de Costa Gomes de que a Frente deveria integrar outras forças políticas.

28 de Agosto. Conferência de Imprensa onde Álvaro Cunhal propõe, para solucionar a crise, «conversações» em que participariam representantes dos nove e do P.S.

É a punhalada nas costas de quantos na véspera, na rua, manifestaram a sua decisão de luta sem quartel pelo socialismo.

A respeito do apoio a Vasco Gonçalves, Cunhal afirma: «os revolucionários não defendem lugares».

Em resposta o P.S. exige a participação do P.P.D. nesse «encontro».

3 Setembro. Delegações do P.S. e P.C. são recebidas em separado em Belém, com vista à participação no VI Governo.

5 Setembro. Vasco Gonçalves renuncia ao seu cargo de CEMFA na «curiosa» Assembleia do M.F.A. onde os chefes de Estado-Maior concentravam em si todos os votos.

6 Setembro. O MES, convocado a Belém, declara considerar **traição ao processo revolucionário** a formação de qualquer Governo onde estejam presentes elementos civis ou militares sociais democratas, que actuam no sentido de isolar os militares revolucionários e dividir os trabalhadores.

Carlos Costa, do CC do P.C.P., em comício no Pavilhão dos Desportos, acusa o P.S. de ter lançado «a mais vasta campanha anticomunista que até hoje teve lugar em Portugal», campanha ampliada pelo P.P.D. e C.D.S. que serve de «cobertura ideológica ao terrorismo fascista».

8 Setembro. O Conselho da (contra) Revolução aprovou a lei que restabelece a censura quanto a assuntos militares.

10 Setembro. Enquanto a F.U.R. divulga programa de luta anticapitalista, P.C. e P.S. reúnem com Pinheiro de Azevedo.

O P.C. divulga comunicado em que classifica afirmações de dirigentes do P.P.D. em comício no Porto como «apelo público à subversão contra-revolucionária, à insurreição de bandos armados contra o Estado democrático e à guerra civil».

Prosseguem os encontros em Belém. O P.C. recusa encontrar-se com o P.P.D. pelo que o P.S. faz de «medianeiro», reunindo separadamente com um e outro.

12 Setembro. Álvaro Cunhal na Cometa: «quero esclarecer aqui que, ao contrário do que têm dito certos órgãos de Informação, o P.C. neste momento não aceitou fazer qualquer encontro com o P.P.D. Tendo em conta as bases sociais em que se apoia o P.S. tomamos uma posição um pouco diferente em relação a ele».

13 Setembro. São anunciadas as «linhas programáticas do VI Governo» com as quais concordam o P.P.D., P.S. e P.C.

Também a confederação da indústria (C.I.P.) vem, posteriormente, a manifestar o seu apoio.

O MES denuncia este programa como servindo à passagem para o fascismo.

As divergências entre P.C., e P.S. e P.P.D. passam a centrar-se «unicamente» na distribuição das pastas.

16 Setembro. Em comício no Campo Pequeno, Álvaro Cunhal afirma:

«Decidimos apoiar os esforços de Pinheiro de Azevedo na formação do VI Governo porque a alternativa não era um Governo revolucionário nem um Governo com composição semelhante à do V».

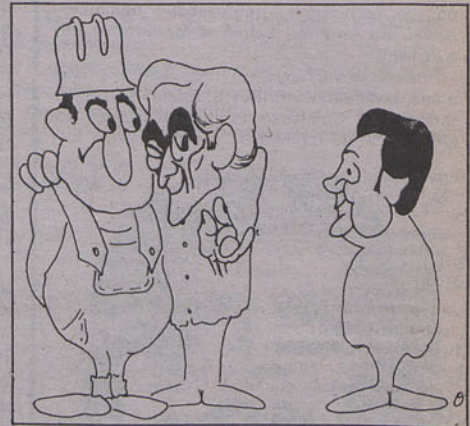
«O Povo português pode estar seguro de que, se houver comunistas membros do Governo, estarão aí para defender a Revolução».

«Neste momento, o insucesso de Pinheiro de Azevedo e a formação de um Governo abertamente da direita seriam perigosos para a Revolução. Por isso fazemos tudo para evitá-lo. Mas, se não conseguirmos evitá-lo, iremos ao combate».

17 Setembro. Prossegue a discussão sobre a distribuição das pastas no novo Governo.

O P.P.D. faz saber que não está disposto a ter o mesmo número de ministros que o «pequeno Partido Comunista».

Entretanto o P.C. lança a palavra de ordem de paralisação de todo o Alentejo. Por um dia.



Desencadeamento de um poderoso movimento de massas ou novo argumento para discutir as pastas do VI Governo?

Depois de trocar a luta pela conciliação, depois de atraiçoar a recém-formada unidade das forças de esquerda, civis e militares, o P.C.P. encontra-se neste momento em dificuldades:

Uma magra pasta num Governo de anticomunistas, o que o obrigará a colaborar?

Ou a passagem à oposição, que tornará inúteis as mais do que desmascaradas manobras de saída da Frente e de tentativa de conciliação?

Mais uma vez fica demonstrada vergonhosamente a falência do reformismo.

Com os exploradores não há alianças possíveis!

Cabe aos revolucionários civis e militares encabeçar a luta contra o avanço da direita, contra o VI Governo, contra a reestruturação do M.F.A., que mais não é do que a reorganização das F.A. para a repressão aos trabalhadores.

A F.U.R. é um importante passo organizativo nesse sentido!

Levá-lo decididamente por diante é decisivo para que seja possível evitar que a Revolução termine num banho de sangue, para que a Revolução Socialista seja uma realidade.



CHILE — a curta experiência do Poder Popular

«É UM GOVERNO DE MERDA, MAS É O MEU GOVERNO». O operário chileno que pronunciou esta frase exprimiu muito mais claramente que todas as análises possíveis os sentimentos contraditórios nos quais se forjava a união do povo. Lembrava que Allende era uma esperança, mas o Estado burguês um inimigo. Este julgamento exemplar foi pronunciado nos primeiros dias de 1972, mas foi repetido durante os longos meses de hesitação que percorreu a **Unidade Popular**. Esta dividiu-se cada vez mais entre o seu bloco fiel ao programa inicial, com a estratégia que ele comportava, e uma fracção mais próxima do movimento de massas, virado para a ofensiva popular que o MIR propunha, de fora da esquerda oficial mas ao seu lado. No interior como no exterior da **Unidade Popular** encontravam-se forças na crítica à via dita chilena. O seu primeiro laço vinha da teoria: era preciso abater o poder burguês.

DESTRUIR O ESTADO BURGUEZ

A Assembleia popular de Concepción

A primeira tentativa para construir um novo órgão de poder político tomou forma a 27 de Julho de 1972, na cidade de **Concepción**. O apelo para a sua constituição propunha ao povo para se reunir e «para denunciar o carácter contra-revolucionário do parlamento». A tentativa não ficou por aí. Os movimentos campesino, estudantil e operário, na base da iniciativa, receberam o apoio de 149 organizações de base, desde sindicatos locais a associações de pais, de associações desportivas aos grupos da juventude...

Cinco partidos políticos apoiaram a iniciativa; o **MIR** eram todos membros da **Unidade Popular**: o Partido Socialista, o M. A. P. U., a esquerda cristã e mesmo a juventude radical. A decisão de participar na assembleia popular tinha sido tomada pelos dirigentes de **Concepción** sem se referenciarem a Santiago do Chile.

Nessa reunião duas posições foram defendidas. A primeira esperava que a assembleia tomasse em mãos a organização do Poder Popular, a segunda queria limitar o seu papel a um lugar de debate permanente. Por detrás destas duas posições, estava em causa a competência da assembleia. Para uns, ela não faria outra coisa senão discutir, enquanto para os outros ela estaria apta a tomar decisões. Uma resolução proposta pelo **MIR** foi aprova-

da, fixando como perspectiva política «a criação pela base de **conselhos comunais**». A reacção governamental foi muito violenta. O Partido Comunista recusou participar numa «aventura contra-revolucionária». Os seus dirigentes regionais tinham estado presentes nas reuniões preparatórias mas o comité central instou-nos a não mais participar. O representante estadual naquela província, comunista, chegou mesmo a proibir a primeira manifestação convocada pela Assembleia. Allende foi ainda mais brutal. Três dias após a primeira reunião da Assembleia Popular ordenou a todos os partidos para dela se retirarem. O presidente não toleraria a presença simultânea dos partidos nesta estrutura ilegal e na **Unidade Popular**. O exemplo de **Concepción** aos seus olhos, servia a tática do inimigo visando «destruir a imagem que o povo tem do seu Governo».

O Presidente da República condenou-a como «uma miragem lírica surgida do romantismo político». O objectivo do duplo poder irritava Allende. «Conceber qualquer coisa de semelhante no Chile de hoje é absurdo, senão ignorância crassa ou irresponsabilidade». A partir do momento em que o socialismo seria o fruto de uma laboriosa conquista feita pelo Governo, tudo o que o reforçava era bom e tudo o que dele se separava era nefasto. Depois de uma admoestação tão brutal, os partidos abandonaram a **Assembleia do povo de Concepción**.

Em Julho de 1972, assim, o agrupamento na base de todas as forças de esquerda soldou-se por um fracasso. Dois elementos essenciais recusaram nele tomar parte: o Partido Comunista e o Presidente da República. Eles utilizaram toda a sua autoridade e todo o seu prestígio para pôr termo a esta ultrapassagem pelas bases. Após a saída dos partidos membros da **Unidade Popular** a Assembleia foi progressivamente desaparecendo. O **MIR** esforçou-se por reproduzir esta nova forma de poder através do país mas não o conseguiu. A iniciativa pressupunha o acordo de organizações bastante divergentes ao exigir que o povo se destacasse destas para além da sua própria maturação. O escalão provincial, ao qual este agrupamento se referenciava e se operara, ultrapassava a vontade das massas que não concebia a sua intervenção autónoma senão da base da sua vida quotidiana. É significativo que me-

nos de três semanas antes do fracasso de **Concepción** uma outra tentativa tenha sido melhor sucedida.

Nos arredores de Santiago os trabalhadores de um bairro tinham-se agrupado num **cordão industrial**. Na zona de **Cerrillos** os operários de várias fábricas juntavam esforços, mobilizando-se sem se referenciar à **Central Única de Trabalhadores**, e decidiram nos finais de Junho de 1972 criar um órgão de coordenação para as suas lutas. O comando de trabalhadores de **Maipu** redigiu então o seu programa. Ele declarava não apoiar o Governo senão na medida em que ele respondesse às lutas dos trabalhadores, exigindo as expropriações das empresas boicotadoras da produção e o controlo operário da produção por delegados revogáveis em todas as fábricas, incluindo as do sector privado. O comando pretendia «afastar os patrões e burgueses emboscados no poder jurídico, no parlamento, etc., assim como os burocratas de Estado», e «instaurar a Assembleia Popular em substituição do Parlamento burguês». Contrariamente à **Assembleia do povo de Concepción**, o comando **Maipu** não associava ao seu trabalho os partidos políticos enquanto tais. Conseguiu assim manter-se na zona de vanguarda onde se constituiria a servir de exemplo.



O PODER POPULAR NASCENTE

Em Outubro de 1972 conheceu-se uma considerável extensão das organizações populares de base. Já existiam diversas estruturas: **comités de abastecimento e controlo dos preços**, estruturados por bairros, que procuravam reunir comerciantes e famílias do mesmo lugar e impedir a inflação e o mercado negro; **conselhos comunais camponeses**, órgãos de poder camponês, eleitos pela base, independentes dos organismos de reforma agrária so-

bre os quais exerciam pressão, e particularmente expandidos nos **Indios Mapuches** na província de **Cautín**; e organizações de poder local dos **pobladores**, habitantes de bairros pobres dos arredores das grandes cidades, que possuíam delegados eleitos revogáveis assim como uma assembleia local, assumindo tarefas concretas no que toca à educação, à saúde, cultura e justiça, e como brigadas de defesa. A periferia de Santiago agrupava 300 000 pessoas nestes alojamentos organizados por blocos, os **campamentos e poblaciones** desenvolvendo um novo poder de bairro.

A mesma tomada e mãos da vida quotidiana por aqueles que a suportam foi feita pelos trabalhadores ao formar **cordões industriais**, órgãos que agrupavam as fábricas de uma mesma zona.

O povo tomava consciência de que a construção do socialismo não dependia apenas do apoio à manutenção de Allende como presidente, mas também das suas próprias capacidades para resistir. Entretanto o Partido Comunista e Allende, que conservavam a hegemonia no seio da **Unidade Popular**, decidiam prosseguir as suas ofertas de negociação com as classes médias, por intermédio da democracia cristã, tendo os militares o papel que esta não queria ter.

O DESENVOLVIMENTO DO PODER POPULAR

A 29 de Julho de 1973 os blindados do comandante **Souper** relançaram todas as organizações de base como resposta à tentativa de golpe de Estado denominado **Tancozo**. É necessário voltar-mos para as que ultrapassam os agrupamentos sobre um problema preciso como o reabastecimento, ou a partir de um critério particular como o facto de ser mãe de família, e numa palavra, voltar-mos para os **órgãos de poder**. Estes eram de dois tipos diferentes, segundo



as forças que uniam: **cordões industriais** ou **comandos comunais**.

A esquerda revolucionária procurava multiplicar os **cordões** no maior número de fábricas possível. Paralelamente deveriam surgir **conselhos** à escala do bairro para se conseguir uma homogeneidade máxima e corresponder exactamente ao estado de mobilização das massas. A organização do poder combateria uma direcção quotidiana e uma assembleia anual. Esta elegeria mediante sufrágio universal alguns **conselheiros** que se juntariam no órgão executivo aos delegados eleitos por cada grupo de habitações. A democracia directa estaria garantida pela revogabilidade permanente de todos os eleitos. Uma vez estas estruturas postas em lugar, um **comando comunal** agruparia-las em cada comuna. Este compreenderá os **cordões industriais**, os **conselhos camponeses**, os **comités de abastecimento**. Seria então estabelecida uma assembleia popular perante a qual todos os outros órgãos dariam permanentemente contas. O **comando comunal** assegurará todas as funções sociais necessárias aos habitantes do sector: produção, distribuição, alojamento, educação, saúde, justiça, propaganda e defesa. Tal era o esquema ideal. Ele realizou-se mais ou menos completamente uma ou duas vezes.

A estratégia revolucionária exigia que o novo poder surgisse para se substituir ao Estado burguês. Os **comandos comunais** eram simultaneamente o meio e o fim deste duplo poder. Só eles permitiriam a ligação da classe operária com todos os explorados, articulando a luta dos operários com a dos camponeses, estudantes e habitantes dos bairros pobres. Só eles suscitarium um quadro territorial propício à democracia directa, uma vez que tocavam estes diferentes componentes da população na sua unidade concreta: o lugar de vida. Só eles ultrapassariam a sectorização entre **cordões industriais**, **conselhos camponeses**, **comités de abasteci-**

mentos e **pobladores**.

Só eles se poderiam levantar face ao Estado para esboçar a forma prática que o abalaria de seguida. A coordenação dos **comandos comunais** seria provincial e a seguir nacional, ao próprio ritmo que fosse imposto pelo movimento de massas.

A necessidade de uma ruptura institucional, a autonomia da intervenção popular, a rejeição de uma aliança com os aparelhos políticos democrata-cristãos, a inelutabilidade de confronto, a direcção do processo pelo proletariado — e a sua aceleração consequente, a recusa do respeito sistemático pela legalidade — eram os pontos que diferenciavam o combate pelo poder popular da estratégia **Allende-comunista**. Mas sem ultrapassar as esferas do bairro, sem um objectivo comum a não ser defensivo, sem um acordo sobre a forma política capaz de agrupar os **cordões industriais**, os **conselhos de bairro** e os outros órgãos de base, sem uma direcção política e militar, estas explosões de democracia revolucionária não foram além de embriões de poder popular, não chegando a atingir o estádio de um contra-poder. A sua união esteve condicionada pelas agressões da direita, surgindo mais como resposta aos ataques inimigos do que como uma ofensiva própria.

Face a eles, o pólo fascista coordenava-se com uma força terrível; ao lado deles, o bloco reformista de Allende e dos comunistas seguia uma estratégia própria e coerente; por cima deles, o Estado burguês e o seu rival cobriam todo o país. Os **cordões industriais** e os **comandos comunais** iniciavam o povo a tornar-se o seu próprio legislador, acentuavam a crise revolucionária, mas não conseguiram ser instrumentos insurreccionais, e ainda menos os órgãos de um poder realizado. Os militares chilenos-americanos tiveram a grande inteligência de não lhes dar o tempo necessário.

REBENTAR COM AS HIERARQUIAS

Cada vez se coloca com mais evidência perante nós a opção decisiva que os trabalhadores fardados têm que fazer: **rebentar com as hierarquias tradicionais próprias de umas Forças Armadas burguesas; deixar para trás os hesitantes, e avançar na organização que prepare o terreno para transformar as Forças Armadas burguesas numas Forças Armadas Populares.**

Quando os soldados se organizam e lutam contra o pré de miséria, por transportes gratuitos, pela realização de Assembleias Populares, pelo castigo de fascistas do E.L.P. e de todos os que o apoiarem, os oficiais que procuram impedir essa organização e essa luta mostram de que lado da barricada estão. Estão do lado da reacção, do lado do fascismo, estão preparados para comandar as suas unidades



Desde o 25 de Abril o Exército nunca deixou de ser governado pelas leis fascistas e burguesas que viram manter sempre os soldados debaixo da pata dos oficiais, fazendo-os obedecer cegamente aos superiores. Hoje alguns senhores generais parecem definitivamente dispostos a calar a voz dos soldados que desde o 25 de Abril têm posto em causa a disciplina reaccionária, se têm organizado e lutado para intervir como lhes compete, como trabalhadores fardados, ao lado da classe operária e das massas trabalhadoras.

Alguns desses senhores apresentam-se com um ar de «anjinhos», muito «sonsos», com «pézinhos de lã», caldeando medidas repressivas com palavreado de esquerda.

Camaradas:

Na situação que vivemos cada vez é mais importante estar atento aos actos daqueles que dentro dos quartéis ostentam os galões e não nos deixarmos embalar pelas palavras. Se nos organizamos dentro de um quartel e apresentamos reivindicações justas podemos ver quais os oficiais que são progressistas e revolucionários e quais os que não são.

É por actos e não por palavras que se distinguem os verdadeiros dos falsos amigos: Por exemplo: quando os S.U.V. (Soldados Unidos Vencerão) convocam uma manifestação no Porto, logo surge uma acção deliberada de alguns comandantes e oficiais de unidades que pretendiam impedir que os soldados participassem nessa manifestação.

Estas acções dos comandos e de oficiais de várias unidades não impediram que os soldados aderissem entusiasticamente à manifestação e mostrassem às claras de que lado estão esses oficiais.

São estes oficiais reaccionários que dão razão à palavra de ordem: **Reaccionários fora dos quartéis.**

contra os trabalhadores, contra as conquistas populares, esmagando à força a organização popular de massas, lançando soldados contra soldados, trabalhadores contra trabalhadores.

Mas a organização dos soldados e marinheiros não pára de crescer, prepara uma resposta cada vez mais forte a todos os aspirantes a ditador.

Essa organização que reúne debaixo de uma mesma bandeira de luta todos os camaradas soldados e marinheiros é o que dá razão de ser à palavra de ordem:

Portugal não será o Chile da Europa.

Os soldados e marinheiros organizados, unitária e autonomamente, preparam assim as grandes jornadas de luta que se aproximam, em que decididamente se colocam ao lado do povo, ao lado dos operários e camponeses, para vencer todas as forças que procuram travar a marcha da Revolução Socialista.

Camaradas soldados e marinheiros.

Organizemo-nos para dar uma resposta firme e decidida às manobras dos reaccionários dentro dos quartéis.

Preparemo-nos para dar aos reaccionários o destino que eles merecem, não dando tréguas na luta contra as suas manobras antipopulares e militaristas.

EM FRENTE NA LUTA POR UMAS FORÇAS ARMADAS POPULARES!

EM FRENTE PELAS ASSEMBLEIAS POPULARES LOCAIS!

AVANTE PELO PODER POPULAR!

VIVA O SOCIALISMO!

Carta de um grumete fuzileiro da Armada

Quero aqui dizer-vos muito pouco, e com muita vontade vos digo, para o que peço a máxima atenção sobretudo dos soldados e marinheiros.

Pois nós, os soldados, não vivemos nos quartéis como vivem os nossos superiores. Nós temos uns salários de miséria, nós não temos o direito de discordar, nós que vemos ignoradas as nossas aptidões profissionais, nós que vemos desrespeitados e ignorados os nossos problemas particulares, nós que temos por refeição mixórdia, nós que temos instalações que mais parecem currais, nós que somos considerados como números e não como seres humanos, e para juntar à montanha de injustiças temos os já citados vencimentos de 150\$00 e 250\$00 sujeitos a descontos. Tudo isto até quando?

Ora nós que somos operários ou camponeses com farda de soldado o nosso dever é alinhar na justa luta revolucionária que vai sendo feita por aqueles que só querem o nosso bem. E aqui que devemos fazer? Aderir já ao povo da nossa classe e fazer um trabalho todo ele progressista, nunca parar, e para tal devemos conversar mais seriamente com os da nossa classe, dentro e fora das unidades, para que sejamos uma grande força e com ela acabar de vez com o nosso mal-estar, acabar portanto com a exploração que nos é feita.

Portanto, nós, que somos militares, não devemos andar sempre de boca calada e dizer «oh, os outros que trabalhem», não devemos ficar em casa com medo de ir a uma sessão de esclarecimento ou a outra coisa qualquer que no bom sentido nos abra os olhos, **pois nós não podemos obedecer a essa lei que foi feita pelo regime fascista que é os soldados não poderem integrar-se na política, porque ela pretendia que nós, os militares, assim como todo o povo explorado vivéssemos sempre no obscurantismo, portanto vivéssemos sem nada sabermos para não nos apercebermos de nada. Essa é portanto uma lei que também acaba e acaba se formos muitos a desobedecê-la.**

Viram o que aconteceu aos nossos colegas pára-quedistas que por não estarem devidamente esclarecidos foram levados pelo paleio de quem só lhes desejava mal, a eles e a nós todos. Portanto, vamo-nos esclarecer, vamos acompanhar toda esta máquina política de Portugal e tirar-lhe as peças que por vezes a tem impedido ou tem tentado impedir que ela produza coisas que venham favorecer a maioria do povo de Portugal.

ABAIXO COM TODA A EXPLORAÇÃO!

